



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE RIBEIRÃO PIRES
CONCURSO PÚBLICO 01/2020**

AVANÇA SP

PROCURADOR JURÍDICO

PROVA DISCURSIVA (PRÁTICO-PROFISSIONAL)

GABARITO

1) PEÇA (**2,5 PONTOS**): A peça processual cabível é o Agravo de Instrumento (**2,0 pontos**), com fundamento legal no art. 1.015, I, do CPC (**0,50 ponto**).¹

2) ENDEREÇAMENTO (**1,0 PONTO**): Deverá ser endereçada à Presidência do Tribunal de Justiça Estadual (**1,0 ponto**) (art. 1.016, *caput*, CPC).

3) QUALIFICAÇÃO (**1,0 PONTO**): Na qualificação das partes, o Agravo de Instrumento é interposto pelo Município Alfa (**0,5 ponto**), em face dos autores da ação principal, Fulano e Cicrano (**0,5 ponto**).

4) PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO (**1,0 PONTO**): Deve haver petição de interposição, com identificação da decisão agravada, requerimento de juntada dos documentos obrigatórios e indicação das partes e seus advogados (**1,0 ponto**).

5) RAZÕES/MINUTA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

5.1) ENDEREÇAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS FATOS: (**1,25 PONTO**): Endereçamento à Tribunal de Justiça/Câmara/Desembargadores e descrição adequada dos fatos (**1,25 ponto**).

5.2) DO DIREITO (**11,00 PONTOS**):

(i). Impossibilidade de concessão de medida liminar contra o Poder Público em pedido que não seja cabível em mandado de segurança e/ou que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação (**1,75 ponto**), nos termos do art. 1º, *caput* e § 3º, da Lei Federal n.º 8.437/1992 (**0,25 ponto**);

(ii). Ausência de probabilidade do direito e de perigo na demora (diante da plena possibilidade de concessão da tutela após o esgotamento da instrução processual) que propiciem a gravosa antecipação da tutela (**2,0 pontos**), nos termos dos arts. 300 e ss. do CPC (**0,25 ponto**);

¹ O equívoco na eleição da peça processual cabível culmina na atribuição de nota 0,0 (zero), conforme subitem 10.7. do Edital.



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE RIBEIRÃO PIRES
CONCURSO PÚBLICO 01/2020**



(iii). Indispensabilidade de lei para que se dê fixação de vencimentos, ou até mesmo sua revisão **(2,0 pontos)**, nos termos da parte inicial do inc. X do art. 37 da CF e/ou da Súmula Vinculante n.º 37 do STF **(0,25 ponto)**;

(iv) Impossibilidade de a decisão estender efeitos coletivos ou a sujeitos que não sejam partes no processo, a teor dos limites subjetivos da tutela judicial **(1,0 ponto)**, e de concessão de tutela que vá além do pedido autoral, conforme princípio da adstrição **(1,0 ponto)**, com base nos arts. 141, 492 e 506 do CPC **(0,25 ponto)** diante da citação de qualquer destes dispositivos);

(v) Separação de Poderes que impede que o Poder Judiciário determine variação remuneratória cuja iniciativa é do Poder Executivo, submetida ao escrutínio do Poder Legislativo **(2,0 pontos)**, conforme arts. 2º e 61, § 1º, II, “a”, da CF **(0,25 ponto)** diante da citação de qualquer destes dispositivos).

5.3) DOS PEDIDOS/CONCLUSÃO (1,5 PONTO):

5.3.1 Liminarmente, a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, com vistas a obstaculizar a produção de efeitos pela decisão agravada, face à potencialidade de danos irreversíveis na hipótese de pagamentos aos servidores públicos municipais **(0,5 ponto)**, conforme art. 1.019, I, do CPC **(0,25 ponto)**;

5.3.2 No mérito, o provimento do agravo com a reforma da decisão agravada, diante dos fundamentos jurídicos supraexpostos **(0,75 ponto)**.

6) ORGANIZAÇÃO DA PEÇA (0,75 PONTO): Organização da peça, com adequada ordem de identificação do endereçamento, qualificação, fatos, direito e pedidos, com sinalização do local, data, espaço para assinatura e número de inscrição na OAB (sem identificação do subscritor) **(0,75 ponto)**.